

Ata nº 08/2021 4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

ATA nº 08/2021

Aos vinte e dois dias de novembro de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal do Seixal, na sua 4ª sessão extraordinária de 2021, nas instalações dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, sitas na Alameda dos Bombeiros Voluntários, presidida por Alfredo José Monteiro da Costa e secretariada pelo 1º Secretário, Américo Augusto de Oliveira da Costa, e pela 2ª secretária, Vanda Patrícia Machado Correia Carvalho, com a seguinte Ordem de Trabalhos, divulgada pelo edital nº 25/2021, de 18 de novembro.

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

II - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Estiveram presentes, para além dos membros da Mesa:

Da CDU: Armando da Costa Farias, Carlos Alberto de Sousa Pereira, Catarina dos Santos Teixeira, Fernando Júlio da Silva e Sousa, Luís Miguel da Bona Pinto Ventura, Maria João Fortes de Matos Louro, Maria Manuela Palmeiro Calado, Nuno Filipe Oliveira Graça, Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa e Rafael Fortes Louro.

Do PS: Ana Maria Ferreira Jorge, Fátima Aidil Soares de Carvalho, Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas, João Diogo Fernandes Leal, Joaquim Gomes Carvalho Cabral, José António Geraldes Dias Ramos, Rui Miguel Santos Brás, Samuel Pedro da Silva Cruz, Sérgio Miguel Carreiro Ramalhete, Telma Cristina Lopes de Lima, Tomás Baptista Costa dos Santos.

Do PSD: David Miguel Martins, Maria Luísa Marques da Gama e Rui Miguel Lança Belchior Pereira.

Do CHEGA: Henrique Martins Rodrigues, Nuno Emanuel Monteiro Capucha, Soraia Raquel Pereira da Silva Rosário.

Do BE: Isabel Maria Filipe da Cruz, Mário André Pinheiro de Magalhães Macedo.

Do PAN: Ivo Filipe Baptista Gomes.

Estiveram ainda presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de Amora, Manuel Araújo, Corroios, Hugo Ricardo Monteiro Constantino, União das Freguesias do Seixal, Aldeia de Paio Pires e Arrentela, António Manuel Oliveira Santos, e Fernão Ferro, Rui Miguel Pereira Santos.



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Para além do Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Cesário Cardador dos Santos, estiveram presentes os seguintes Vereadores: Paulo Alexandre da Conceição Silva, Maria João Varela Macau, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Eduardo Manuel Rodrigues, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Miguel Ferreira Feio, Nuno Miguel dos Anjos Sousa Moreira, Bruno Miguel Machado Vasconcelos e Henrique José Livreiro Viçoso Freire.

A Sessão teve início cerca das 21:20.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Vamos iniciar a nossa Assembleia Municipal, portanto, é a primeira Assembleia Municipal deste novo mandato depois da instalação e tomada de posse que teve a 1ª sessão com a eleição da mesa da Assembleia Municipal e, portanto, esta é a 4ª Assembleia Extraordinária de 2021. Portanto, quero em primeiro lugar cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, a Mesa da Assembleia Municipal, os Srs. Membros da Assembleia Municipal, os trabalhadores da Assembleia, da Câmara, que estão connosco, portanto, neste funcionamento desta Assembleia Municipal. Quero também cumprimentar a população que está presente, quero reiterar o desejo de um bom mandato para todos, antes de mais em serviço público à população e respondendo às suas aspirações, portanto, foi esse o quadro das eleições autárquicas que deu a representatividade que aqui temos na Assembleia Municipal. Começamos a nossa Assembleia Municipal pelo Período de Intervenção da População."

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Temos a inscrição de um munícipe, neste caso uma munícipe, Fernanda Maria Cruz Barreiros cujo assunto que apresentou é sobre o Hospital do Seixal, tem a palavra, dirija-se aqui ao microfone, o tempo de intervenção estabelecido no regimento, portanto, o limite é de 5 minutos, faça favor."

Fernanda Barreiros disse: "O único assunto que me traz aqui é exclusivamente o Hospital do Seixal, sabendo que já houve um concurso, em que estado se encontra a situação do nosso hospital?."

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara face à intervenção da munícipe se pretende intervir? Se faz favor Sr. Presidente."

O Presidente da Câmara Municipal disse: "Gostaria também de cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, os Srs. Eleitos, os Srs. Vereadores, população presente, Comunicação Social, os nossos trabalhadores. Também nesta minha primeira intervenção, neste novo mandato na Assembleia Municipal do Seixal, gostaria de saudar todos uma vez mais, cumprimentar todos os eleitos e população e todas as forças políticas e dizer que esperamos um trabalho de cooperação com todos os eleitos, todas as forças políticas no sentido de fazermos avançar o nosso município. O que a população espera de nós, que espera dos seus eleitos, é cooperação no sentido de resolver os seus problemas, os problemas do concelho e fazer avançar o Concelho do Seixal. Deve



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

de ser este o nosso primeiro objetivo e nesse sentido o executivo da Câmara Municipal do Seixal está à vossa disposição para não só responder às questões que entendam colocar, como também poder acolher as propostas e fazer com que do ponto de vista do executivo consigamos traduzi-las em realidade, no sentido democrático que entendemos de cooperação entre os órgãos. Respondendo à questão da munícipe, também a cumprimento e dizer que, de facto esta é uma matéria onde nem sempre todos temos estado de acordo, a necessidade deste hospital, desta unidade hospitalar, o hospital do Seixal na forma como está programada é de facto uma necessidade. Não vale a pena referir-me mais à questão relacionada com o sub-dimensionamento do hospital Garcia de Orta em Almada, é por mais evidente que, de facto, aquele hospital não tem as condições necessárias para servir toda esta população e por isso é necessário, há muitos anos que é necessário, o hospital do Seixal. Houve um concurso para o seu projeto de execução, concurso esse, que foi objeto de contestação por parte do segundo concorrente ao concurso. Infelizmente o processo ainda não está terminado do ponto de vista da justiça, é essa a informação que disponho neste momento, sendo que é um concurso lançado não pela Câmara mas lançado pelo Governo através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. A Câmara Municipal tem um elemento no júri do concurso que acompanha o concurso que, de facto, eu diria que é uma inovação relativamente ao anterior processo, e positiva a nossa participação, visto que também a Câmara Municipal vai ter participação do ponto de vista de execução da obra naquilo que corresponderá aos espaços públicos, acessos exteriores e infraestruturas de serviço ao hospital. Nesse sentido, também não compreendemos porque razão os tribunais deste País, mesmo em matérias tão críticas como um hospital e a sua construção, uma emergência sanitária e pandémica de saúde como nós estamos a viver, entende que não é prioritária uma decisão sobre esta matéria. Eu diria que no nosso País as prioridades têm que ser a saúde das populações e, nessa perspetiva, a justica também deverá corresponder a essa celeridade que é necessária tendo em vista esse bem maior que é a saúde de todos nós. Com certeza que o 2º classificado terá muitas razões relativamente ao processo mas, no entanto, isso não é a razão maior para que não se avance para a sua adjudicação e que se execute o projeto de execução que não está executado e que depois se avance para a abertura do concurso público internacional da obra de construção do hospital do Seixal. Já ontem era tarde e por isso da nossa parte tudo iremos fazer para continuar a pressionar, no bom sentido, para que o tribunal decida de um um lado ou do outro mas que decida com celeridade e a seguir que se consigam dar os passos subsequentes para que se execute o projeto e depois se avance com o concurso da obra, se adjudique a obra, que se construa o equipamento, e que se apetreche com os meios de equipamentos de recursos humanos e se consiga, de facto, depois abrir portas para o hospital. Hoje vamos aqui também dar nota, e já li os votos de pesar pelo falecimento do Prof. Dr. Carlos Ribeiro, que a Câmara Municipal decidiu atribuir o nome do hospital do Seixal ao Prof. Dr. Carlos Ribeiro. Já o fizemos há algum tempo atrás mas já agora aproveito também esta intervenção desta munícipe para recordar uma decisão do anterior mandato, pela figura que representava à data o Prof. Dr. Carlos Ribeiro, não só médico ilustre deste município, mas também bastonário da ordem dos médicos e figura reconhecida



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

internacionalmente pela sua prestação enquanto médico. Ficará, com certeza, muito bem a atribuição do seu nome ao hospital e, nessa perspetiva volto a dizer e para concluir Sr. Presidente, a Câmara Municipal do Seixal tudo irá fazer para que consigamos construir, consigamos avançar com o processo do hospital o mais cedo possível.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Terminámos o Período de Intervenção da População não temos registo de mais inscrições e passamos para o Período de Antes da Ordem do Dia."

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Temos um conjunto de documentos num total de 25 documentos, bom mas neste conjunto há, por razões que a vida nos trouxe que não gostaríamos que assim fosse, um conjunto de Votos de Pesar portanto 9 Votos de Pesar, e eles correspondem a um conjunto de gente da nossa terra que nos deixou, infelizmente, e a proposta da Mesa é que nós façamos a apresentação dos votos de pesar no início deste PAOD e que registemos um minuto de silêncio conjunto com a apresentação dos votos de pesar. Pronto, a mesa considera que isto tem sentido, para além disso o 1º voto de pesar, que a ser apresentado, é subscrito pela mesa para o Prof. Dr. Carlos Ribeiro, uma figura da nossa terra, incontornável, e a sugestão da mesa é de que este voto de pesar seja subscrito pelos grupos municipais. Portanto, se for esse o entendimento, eu também fiz uma consulta, não a todos confesso, não consegui falar com todos mas era nesse sentido, portanto. Primeira questão: Há acordo em que o voto de pesar apresentado pela mesa pelo falecimento do Prof. Dr. Carlos Ribeiro seja subscrito pelos grupos municipais? Portanto estão de acordo? Não há nada em contrário? Então e sendo assim, teve o consenso do líder da bancada do PS, portanto, o PS não apresentará o voto de pesar pelo falecimento do Prof. Dr. Carlos Ribeiro, ele é subscrito por todos. Então a mesa vai fazer a apresentação deste voto de pesar e depois seguir-se-ão os votos de pesar apresentados pela CDU e pelo Partido Socialista. Os restantes os que vêm a seguir."

II.1. O Grupo Municipal da CDU apresentou um «Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. Dr. Carlos Ribeiro», subscrito pelos Grupos Municipais.

(Documento anexo à ata com o número 1).

O Presidente da Assembleia Municipal, (Leu integralmente o documento). Disse: "E dizer-vos o que todos sabemos é que a homenagem do município ao Prof. Dr. Carlos Ribeiro foi, e bem, a homenagem tem sempre sentido mesmo na morte, claro como não pode deixar de ser, mas foi feita em vida. Para além das medalhas que aqui referimos o Prof. Dr. Carlos Ribeiro está na toponímia, neste caso muito para além disso, há uma escola no concelho, como sabemos em Pinhal dos Frades, é a escola Prof. Dr. Carlos Ribeiro. Portanto, foi uma homenagem que o Município fez neste conjunto de iniciativas como sabemos. Portanto, eu coloco à consideração este



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

voto de pesar, pergunto se há alguma intervenção? Naturalmente, como é evidente, não havendo colocamos à votação."

Aprovada a Tomada de Posição nº 54/XIII/2021 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

Do grupo municipal do PS: 12

Do grupo municipal do PSD: 3

Do grupo municipal do CH: 3

Do grupo municipal do BE: 2

Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Portanto, o voto de Pesar está aprovado por unanimidade."

Samuel Cruz, do PS, em declaração de voto, disse: "O Partido Socialista subscreveu naturalmente esta proposta pela elevada consideração pelo Prof. Dr. Carlos Ribeiro, que era muito maior que os partidos, mas não poderia deixar aqui de dizer que foi uma honra para o PS que ele tivesse sido nosso mandatário nas legislativas em 1999 e que eu próprio também o tive como mandatário em 2005 pelo Partido Socialista, o que muito lhe agradecemos e que muito nos honrou esse facto."

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Muito bem estou perfeitamente de acordo, o Prof. Dr. Carlos Ribeiro é uma figura incontornável do país, de expressão europeia, do concelho do Seixal e até no quadro político, porque ele para além de homem, de pessoa do Partido Socialista foi também apoiante da CDU como sabemos, nomeadamente, nestas eleições autárquicas. Portanto, isso revela a figura, de facto, deste homem que ficará para sempre na nossa memória, na memória coletiva da nossa terra do concelho do Seixal. Passamos para os seguintes votos de pesar, vamos seguindo a ordem por que chegaram e, portanto, Voto de Pesar por Joaquim Benegas dos Santos, subscrito por Maria João Louro que tem a palavra, se faz favor."

II.2. O Grupo Municipal da CDU apresentou um «Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Benegas dos Santos», subscrito por Maria João Louro.

(Documento anexo à ata com o número 2).

Maria João Louro, da CDU, (Leu integralmente o documento).

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Obrigado, segue-se o Voto de Pesar por Francisco Rodrigues, subscrito por Hugo Constantino, se faz favor."



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Aprovada a Tomada de Posição nº 55/XIII/2021 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

II.3. O Grupo Municipal da CDU apresentou um voto de pesar pelo «Falecimento de Francisco Rodrigues», subscrito por Hugo Constantino.

(Documento anexo à ata com o número 3).

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Pergunto à CDU e ao PS qual o entendimento? Estão de acordo, o PS também subscreve, sim senhor, muito obrigado."

Hugo Constantino, da CDU, (Leu integralmente o documento).

Aprovada a Tomada de Posição nº 56/XIII/2021 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Aprovado por unanimidade. Obrigado, segue-se o Voto de Pesar por Rosa Maria Perdigão Martins, é da CDU, subscrito por Manuela Calado que tem a palavra."

II.4. O Grupo Municipal da CDU apresentou um voto de pesar pelo «Falecimento de Rosa Maria Perdigão Martins», subscrito por Manuela Calado.

(Documento anexo à ata com o número 4).

Manuela Calado, da CDU, (Leu integralmente o documento).

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Obrigado, a seguir o Voto de Pesar por Leonel Fernandes", subscrito por António Santos da CDU que tem a palavra. Certo, vamos perguntar à



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

CDU em relação à proposta do PS se estiverem todos de acordo, portanto é subscrita em conjunto, certo? Sim, muito bem, muito obrigado a todos."

Aprovada a Tomada de Posição nº 57/XIII/2021 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Aprovado por unanimidade".

II.5. O Grupo Municipal da CDU apresentou um voto de pesar pelo «Falecimento de Leonel Pereira Fernandes», subscrito por António Santos.

(Documento anexo à ata com o número 5).

António Santos, da CDU, (Leu integralmente o documento).

Aprovada a Tomada de Posição nº 58/XIII/2021 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Aprovado por unanimidade. Obrigado Sr. Presidente e passamos para o Voto de Pesar de Rui Oliveira e Costa subscrito por Joaquim Cabral é do PS e tem a palavra."

II.6. O Grupo Municipal do PS apresentou um voto de pesar pelo «Falecimento de Rui Oliveira e Costa», subscrito por Joaquim Cabral.

(Documento anexo à ata com o número 6).

Joaquim Cabral, do PS, (Leu integralmente o documento).



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Aprovada a Tomada de Posição nº 59/XIII/2021 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

Do grupo municipal do PS: 12

Do grupo municipal do PSD: 3

Do grupo municipal do CH: 3

Do grupo municipal do BE: 2

Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Aprovado por unanimidade. Obrigado, passamos para o Voto de Pesar de Fernando Rocha, é do PS e subscrito por José Geraldes; Samuel Cruz se faz favor."

II.7. O Grupo Municipal do PS apresentou um voto de pesar pelo «Falecimento de Fernando Rocha», subscrito por José Geraldes.

(Documento anexo à ata com o número 7).

Samuel Cruz, do PS, (Leu integralmente o documento).

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Aprovado por unanimidade. Obrigado, muito bem, está registado por parte da CDU que subscreve também este voto de pesar; está aceite; muito bem, está registado também por parte do Rui Belchior do PSD. Vamos colocar à consideração como fizemos em relação ao do Prof. Dr. Carlos Ribeiro, portanto voto a voto."

Aprovada a Tomada de Posição nº 60/XIII/2021 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

Do grupo municipal do PS: 12

Do grupo municipal do PSD: 3

Do grupo municipal do CH: 3

Do grupo municipal do BE: 2

Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Aprovado por unanimidade. Os Votos de Pesar foram todos eles aprovados por unanimidade, agora vamos guardar um minuto de silêncio para todos".



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Obrigado a todos. Vamos passar para os pontos seguintes, considerámos os votos de pesar em conjunto e agora voltamos ao quadro por grupo municipal e, portanto sendo assim, o documento que se segue é uma Declaração Política da CDU subscrita por Armando Farias, se faz favor."

II.8. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma «Declaração Política», subscrita por Armando Farias.

(Documento anexo à ata com o número 8).

Armando Farias, da CDU, em Declaração Política disse: "O caminho que o PS e o seu Governo há muito vinham construindo com o PSD, sob o patrocínio do Presidente da República, teve no Orçamento Suplementar de 2020, nas alterações à Lei de Enquadramento Orçamental e na sistemática convergência em processos legislativos, a confirmação da sintonia prevalecente entre estes dois partidos em questões fundamentais.

O PS, incapaz de dar resposta aos problemas associados a fragilidades estruturais do País, viu no OE para 2022 o instrumento para se vitimizar, libertando-se de compromissos que visavam responder a problemas imediatos do povo e do país e, assim, ficar com as mãos livres para manter os compromissos que nunca deixou de ter com os grupos económicos e financeiros.

Contudo, esta manobra de calculismo político não muda os factos. A situação económica e social do país degradou-se a partir de 2020, com a epidemia a pôr a nu os efeitos de décadas de políticas erradas no SNS, na Escola Pública, na Administração Central e Local. Portugal foi na UE, dos Países que menos apoiou as populações, a cultura e as atividades económicas, nomeadamente as micro, pequenas e médias empresas. A realidade do país continua hoje marcada pelos baixos salários e pensões de reforma, pela precariedade laboral e o agravamento do custo de vida, pela destruição do aparelho produtivo.

Mas se a proposta do OE já não respondia aos principais problemas do país e às necessidades das famílias, não é menos preocupante que também ignorasse um conjunto de questões que são fundamentais para a boa gestão e sustentabilidade do Poder Local.

A proposta do OE mantinha o incumprimento do Governo perante os Municípios, quer sobre a justa repartição dos recursos públicos, quer quanto à regularização das dívidas da Administração Central, que já atingem um total de 260 Milhões de euros, a que acresce as dívidas anteriores que resultam do incumprimento da Lei das Finanças Locais em matéria de Fundo Social Municipal, e das despesas Covid, também antecipadas pelas autarquias.

Em conclusão, tivesse o orçamento sido aprovado, ou não, este mandato autárquico começaria sempre, como começa, com os constrangimentos herdados de mandatos anteriores, marcados pelo desinvestimento do poder central e pela implementação abrupta do processo de transferência de competências para as autarquias.



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

De tudo isto decorre que são as populações que são duplamente penalizadas, quer porque o Governo não dá resposta aos seus problemas no plano laboral, fiscal e social, quer porque vai continuar a retirar recursos às autarquias, afetando a capacidade de resposta relativamente a investimentos e prestação de serviços fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das famílias.

No concelho do Seixal, apesar destas dificuldades, é a boa gestão da CDU, aliada a uma grande capacidade de projetar e realizar obra, que tem permitido não só cumprir integralmente o que é proposto, respeitando os compromissos assumidos com a população, mas indo até mais além, na assunção de despesa que não é da sua responsabilidade, de que são exemplo a Loja do Cidadão, na Amora, ou o novo Centro de Saúde de Corroios. Tal como investiu 4,5 milhões de euros no combate à pandemia do Covid-19, com a instalação de três centros municipais de vacinação e a concessão de apoios de diversa natureza às instituições, às forças de segurança e de proteção civil, ao comércio local e às famílias mais vulneráveis.

É este projeto autárquico que a população sufragou e que conta com o profissionalismo dos trabalhadores das nossas autarquias, que daqui saudamos mais uma vez, manifestando solidariedade com a sua justa luta nas reivindicações ao Governo. É o projeto autárquico que vamos continuar a desenvolver neste mandato, com a participação da população e o apoio ao movimento associativo, tendo no horizonte consolidar o trajeto de crescimento e progresso económico, social e cultural.

Vamos continuar a exigir do Governo que dê resposta imediata a necessidades prementes do concelho, garantindo o financiamento para a construção de novos equipamentos que são da sua responsabilidade.

A CDU está disponível, como sempre esteve, para aprofundar o diálogo com as forças políticas que queiram valorizar as posições construtivas, contribuindo para este objetivo maior que é continuar a construir um concelho com elevados padrões de qualidade de vida. Um concelho onde dá gosto viver."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Passamos então para o documento seguinte que é uma recomendação «Pela urgente necessidade de intervenção e acompanhamento ambiental, por parte da CM Seixal, na Aldeia de Paio Pires» é do PS e subscrita por João Leal que tem a palavra se faz favor."

II.9. O Grupo Municipal do PS apresentou uma Recomendação «Pela urgente necessidade de intervenção e acompanhamento ambiental, por parte da CM Seixal, na Aldeia de Paio Pires», subscrita por João Leal.

(Documento anexo à ata com o número 9).



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

João Leal, do PS, disse: "Esta recomendação deve-se ao facto de a Aldeia de Paio Pires estar sujeita a um enorme flagelo ambiental, as partículas negras que a cobrem podem representar não só um enorme atentado ambiental, bem como um risco à saúde pública. O conhecimento desta situação por parte da Câmara Municipal do Seixal não é recente, e mesmo após inúmeras queixas dos seus munícipes continua a protelar esta situação mantendo-se numa inércia, indolência em solucionar este problema, é necessário que sejam efetuados estudos mais detalhados e objetivos para intervir e encontrar soluções, e para isto é importante proceder à instalação de mais estações de monitorização da qualidade do ar. As partículas suspensas no ar são uma realidade, é necessário ajudar os nossos munícipes e é urgente resolver este problema."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Intervenções para esta recomendação? Quem é que pretende intervir? Nuno Capucha se faz favor."

Nuno Capucha, do CH, disse: "Alegro-me por o PS se juntar a nós, ao Chega nesta questão, neste esclarecimento e nesta luta contra a poluição. Vou ser muito específico sobre as questões da estação de monitorização da qualidade do ar. Cremos nós que é preciso aproveitar a experiência que já foi feita pela Universidade de Aveiro, que será talvez a entidade neste momento com mais dados para saber onde colocar essas estações e também para gerir as estações de monitorização. Para ser muito objetivo não confiamos na APA, basta recordar que durante muitos anos deixou uma estação em cima de um muro público e que só trocou o equipamento quando a população se começou a queixar. Portanto, não confiamos na APA para gerir, para obter resultados e para os interpretar."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Mais intervenções em relação a este documento? Nuno Graça se faz favor."

Nuno Graça, da CDU, disse: "Só uma questão; é que nós temos a indicação de que é uma recomendação e o eleito referiu-se como moção, mas penso que seja uma recomendação! É uma recomendação então, pronto. Então, de facto, é urgente a intervenção e acompanhamento ambiental na Siderurgia Nacional. É também fatal que a inalação das referidas partículas têm efeitos nefastos para a saúde pública, podemos também afirmar que a Câmara Municipal do Seixal está a par deste flagelo ambiental. O que não é verdade nesta recomendação é a referida inércia da Câmara Municipal do Seixal, nem a desconsideração pela saúde e bem-estar dos munícipes. Esta questão já não é de agora, já foi tema nos últimos dois mandatos e há aqui várias questões que se colocam, por exemplo, o tribunal de Almada decide, e passo a citar, "que não estando provado que a Siderurgia Nacional esteja a incumprir determinações fixadas na sua licença ambiental ou que a laboração da empresa cause danos à saúde da população ou ao meio ambiente não deve ser suspensa a sua atividade". Não pode ser a Câmara Municipal do Seixal a anular esta decisão, da mesma maneira que o PEV viu aprovado em 2019 o projeto de resolução em relação à realização do impacto e realização dos estudos epidemiológicos e ambientais e que se procedesse à instalação de uma efetiva rede de monitorização da qualidade do ar, e não pode



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

ser a Câmara Municipal do Seixal que não está a cumprir o seu papel. Em 2016 o PEV também colocou estas questões e o Governo, passo a citar, disse que "no prazo de 45 dias seriam implementadas uma série de medidas com vista à minimização dos vários impactos causados", e já passaram vários anos. Concluindo, todas estas questões importantes têm sido colocadas nos locais certos, a Câmara tem-lo feito, e as questões são: Que medidas é que a Siderurgia Nacional tem vindo a desenvolver para minimizar os impactos? Quais as medidas de fiscalização realizadas pelo Governo? E para quando a criação de mais estações de medição? Estas questões são para a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, para o Secretário de Estado do Ambiente, para o Ministério da Saúde e para o Governo, não só para a Câmara Municipal do Seixal. Disse."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Mais intervenções para fecharmos? Pergunto quem é que pretende intervir? Samuel Cruz, mais? Naturalmente que o proponente terá ainda a palavra para concluir, como está decidido em termos regimentais. Portanto, não há mais, Samuel Cruz, depois a Câmara, o Sr. Vice-presidente com certeza e o proponente para fechar, se faz favor."

Samuel Cruz, do PS, disse: "O que disse em sentença o Tribunal de Almada é que os pós negros nunca tinham sido analisados e o que aqui propomos é que a Câmara proceda a essa análise, enfim tem outra elaboração escrita, mas é isso que se propõe e é isto que pode resolver o problema das populações, e é isso que pretendemos. Estamos na Câmara não estamos na Assembleia da República, não estamos no Governo, a Câmara tem dinheiro e tem as competências necessárias para fazer isso se assim o quiser, estamos aqui a recomendar."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Srs. Membros da Assembleia sem comentários se faz favor. Ora Sr. Vice-presidente Paulo Silva se faz favor."

O Vice-presidente da Câmara Municipal, disse: "É uma novidade para mim hoje estar aqui deste lado depois de 28 anos na Assembleia Municipal. Sobre o conteúdo desta recomendação temos que dizer que o PS devia fazer a recomendação ao organismo competente que é o Governo do Partido Socialista. As estações de monitorização são da responsabilidade da CCDR e da APA, o Partido Socialista tem que ter em consideração isto e não deixar ao esquecimento a população de Paio Pires, é isso que nós temos a dizer e que o Partido Socialista devia mandar esta recomendação às entidades competentes."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Pergunto ao proponente se pretende intervir? Ok, muito bem sim senhor, portanto vamos passar à votação:"

Aprovada a Tomada de Posição nº 61/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Vinte (20) votos a favor dos seguintes eleitos:

• Do grupo municipal do PS: 12



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Do grupo municipal do PSD: 3

Do grupo municipal do CH: 3

• Do grupo municipal do BE: 2

Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) votos contra dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Portanto esta recomendação foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD, do CH, do BE e do PAN, e os votos contra da CDU. Alguma declaração de voto? Não há declarações de voto passamos para o documento seguinte que é uma "Saudação ao 25 de Novembro de 1975" subscrita por Rui Belchior, se faz favor tem a palavra."

II.10. O Grupo Municipal do PSD apresentou uma Saudação «Ao 25 de Novembro de 1975», subscrita por Rui Belchior.

(Documento anexo à ata com o número 10)

Rui Belchior, do PSD, disse: "Nós, o Partido Social Democrata, hoje temos a convicta esperança que ao cabo de 46 anos finalmente nesta Assembleia seja reconhecida uma saudação ao 25 de novembro, que no nosso entendimento representa simbolicamente a vitória plena da democracia em Portugal, momento que permitiu a todos os Portugueses, desde então, a expressão das suas vontades através do voto e da liberdade de expressão, armas supremas de um povo livre."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Intervenções em relação a esta saudação? Quem é que pretende intervir? Não há registo de intervenções é isso? Confirma-se, bom não havendo pedidos de intervenção vamos colocar à votação."

Rejeitada a Tomada de Posição nº 62/XIII/2021 por maioria e em minuta com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal com:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal do PS: 12

Do grupo municipal do PSD: 3

• Do grupo municipal do CH: 3

Dezoito (18) votos contra dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

Do grupo municipal do BE: 2

Um (1) abstenção dos seguintes eleitos:



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Portanto a Saudação tem como resultado votos a favor do PS, PSD e do CH, (18) votos contra da CDU e do BE, (18) e a abstenção do PAN, confirmase isso? Portanto a saudação é rejeitada com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal, está rejeitada. Passamos para o documento seguinte que é uma moção do Chega "Realização de uma cerimónia oficial assinalando o 25 de novembro", e é subscrita por Nuno Capucha que tem a palavra, se faz favor."

II.11. O Grupo Municipal do CH apresentou uma Moção «Realização de uma cerimónia oficial assinalando o 25 de novembro», subscrita por Nuno Capucha.

(Documento anexo à ata com o número 11).

Nuno Capucha, do CH, disse: "(Leu integralmente o documento)

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Intervenções em relação a esta moção? Quem é que pretende intervir se faz favor? Não há pedidos de intervenção? Confirma-se isso, vamos colocar à votação."

Rejeitada a Tomada de Posição nº 63/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Seis (6) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CH: 3
- Do grupo municipal do PSD: 3

Treze (13) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezoito (18) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Portanto, a moção foi rejeitada com os votos a favor do CH e do PSD, a abstenção do PS e do PAN, e votos contra da CDU e do BE. Passamos para o documento seguinte que é uma Saudação ao «Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)" é do BE e subscrita por Mário Macedo que tem a palavra, se faz favor."

II.12. O Grupo Municipal do BE apresentou uma Saudação «Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)», subscrita por Mário Macedo.

(Documento anexo à ata com o número 12).



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Se houver entendimento em relação a isso a mesa não vê inconveniente, com certeza se faz favor Isabel Cruz."

Isabel Cruz, do BE, disse: "O 25 de novembro foi instituído pelas Nações Unidas como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Ano após ano, os números da violência contra as mulheres continuam a envergonhar o país, de facto em 2020 a violência doméstica contra cônjuges ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal, representando 85% das mais de 27 mil queixas por violência doméstica. Do total de vítimas de violência doméstica, a maioria são mulheres e raparigas (75%), enquanto que a maioria dos denunciados são homens (81,4%). A pandemia colocou muitas mulheres confinadas com os seus agressores, fez aumentar os casos em que a violência doméstica surge pela primeira vez. A marca de género na violência sobressai também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-Binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são alvo de múltiplas Portugal, o Observatório de Mulheres Assassinadas (UMAR) registou em 2020: 35 mulheres assassinadas, tendo sido 19 vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e 16 mulheres assassinadas noutros contextos. É necessário não esquecer os nomes de cada uma delas. Assim a Assembleia Municipal do Seixal reunida na 4ª Sessão Extraordinária de 2021 a 22 de novembro saúda as iniciativas do dia 25 de novembro, nomeadamente a Marcha pelo fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Então estão de acordo líder da CDU e líder do PS? de apresentarem em conjunto e a votação em separado? O PS tinha dito que sim, bom, então vamos lá ver, bom seguindo a ordem a seguir é a CDU, portanto apresenta a CDU e depois o PS. Portanto temos a moção da CDU, se faz favor."

II.13. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção «Dia Internacional pela Eliminação das Violências contra as Mulheres 25 de novembro de 2021», subscrita por Manuela Calado.

(Documento anexo à ata com o número 13).

Manuela Calado, da CDU, disse: "No próximo dia 25 assinala-se o Dia Internacional pela Eliminação das violências contra as mulheres. Assinalar este dia é uma oportunidade para dar visibilidade às diversas formas de violência exercida sobre as mulheres, mas também afirmar para os caminhos que podem concorrer para o seu combate e prevenção, elementos indissociáveis da efetivação dos seus direitos na lei e na vida, e da garantia da sua participação em igualdade. Assim, a Assembleia Municipal do Seixal, reunida a 22 de novembro, delibera exortar os órgãos de soberania a tomarem medidas concretas de prevenção e combate às múltiplas formas de violência sobre as mulheres, nomeadamente: Proceder ao reforço dos meios financeiros, técnicos e humanos, que visem dotar os serviços públicos para poderem cumprir o seu papel na prevenção



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária - 22 de novembro de 2021

e combate à violência doméstica. Exigir o cumprimento de investimento público para uma adequada proteção das mulheres. Sinalizar e acompanhar os agressores, não apenas no decurso do processo criminal e judicial. Manter a criminalização do lenocínio. Reconhecer a prostituição como forma de violência. Que sejam adotados programas específicos que assegurem saídas às mulheres prostituídas, a serem implementados pelos serviços públicos e assegurar o cumprimento dos direitos das mulheres, combatendo a exploração laboral, as desigualdades e discriminações, procedendo à elevação dos seus rendimentos do trabalho, o direito à habitação, a uma rede de equipamentos sociais, entre outros. Estas são as condições necessárias para eliminar vulnerabilidades sócio-económicas que condicionam e impedem muitas mulheres a libertarem-se de situações marcadas pela violência."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Sim senhor, e agora tem a moção «Pela Igualdade e Erradicação de Violência de Género», é do PS e subscrita por Fátima Carvalho se faz favor."

II.14. O Grupo Municipal do PS apresentou uma Moção «Pela Igualdade e Erradicação de Violência de Género», subscrita por Fátima Carvalho.

(Documento anexo à ata com o número 14).

Fátima Carvalho, do PS, disse: "E porque estamos todos de acordo quanto à importância sinalizada desta data, mas difere a parte deliberativa da nossa moção passo então a ler. Os eleitos do Partido Socialista defendem que é necessário que o Concelho do Seixal permaneça firme na prossecução dos objetivos da Convenção de Istambul, que deseja uma Europa livre de violência contra as mulheres, e que se encontram consubstanciados na Estratégia Nacional para a Igualdade e a não discriminação agenda 2018 – 2030, pelo que propõe que a Assembleia Municipal, reunida em Sessão Extraordinária, a 22 de novembro de 2021, delibere: Que a Câmara Municipal do Seixal contribua, de forma ativa, com medidas de proximidade, o combate pela eliminação de todas as formas de violência e discriminação com base no género, através de ações de informação/formação, programas educativos e de cidadania para a prevenção e promoção da igualdade de oportunidades e boas práticas para a defesa dos direitos humanos; Que a Câmara Municipal do Seixal dê a conhecer a atual constituição do Conselho Consultivo para a Igualdade de Género e Oportunidades do Seixal e o seu plano de trabalho para o diagnóstico, elaboração e operacionalização do Plano de Ação Municipal para a Igualdade de Género e Oportunidades do Seixal, que deverá dar continuidade ao Plano já encerrado; Que o novo Plano de Ação Municipal para a Igualdade expresse as dificuldades e responda de forma efetiva aos problemas decorrentes da pandemia da COVID-19, que veio acentuar as assimetrias sociais e limitar as medidas de prevenção e intervenção no âmbito da violência contra as mulheres; Que sejam identificadas novas parcerias e promovidos serviços articulados para ampliar as respostas sociais, conferindo assim maior eficácia na intervenção e apoio à vítima; Que sejam sentidamente lembradas e homenageadas – com uma exposição artística ou outra forma de expressão cultural todas as mulheres residentes no Concelho do Seixal que, durante a pandemia, viram desrespeitados os seus



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

direitos de liberdade, sofreram assédio ou violência sexual, difamação, aliciamento à prostituição, negligência médica ou foram alvo de outras formas de injúrias físicas ou psicológicas, e, ainda, as mais de 50 mulheres vítimas de feminicídio em Portugal, desde o início da COVID-19."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Vamos colocar então à votação este conjunto dos três documentos, portanto neste sentido quem é que pretende intervir no quadro da apresentação destes três documentos, se faz favor? Ora, não registo pedidos de intervenção o que significa que vamos proceder à votação. Portanto em 1º lugar que foi pela ordem de apresentação que é o voto de Saudação «Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)».

Aprovada a Tomada de Posição nº 64/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Trinta e quatro (34) votos a favor dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

• Do grupo municipal do PS: 12

Do grupo municipal do PSD: 3

Do grupo municipal do BE: 2

Do grupo municipal do PAN: 1

Um (1) votos contra dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal do CH: 1

Duas (2) Abstenções dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal do CH: 2

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Portanto a Saudação é aprovada com os votos a favor da CDU, do PS, do PSD, do BE e do PAN, a abstenção de 2 eleitos do CH e um voto contra de um eleito do CH, muito bem. Declarações de voto então? Nuno Capucha e Rui Belchior para este voto de Saudação ."

Nuno Capucha, do CHEGA, disse: "Eu gostaria de esclarecer que voto contra, não por ser a favor da violência como é lógico, sou contra a violência doméstica, seja contra mulheres, seja contra homens. Porém esta proposta tem termos que para mim são inaceitáveis. Saliento aqui duas coisas. Primeiro refere-se a lésbicas e bissexuais e para mim esta proposta não deve diferenciar as mulheres de acordo com as suas opções sexuais. Pelo contrário, mulheres trans não são mulheres, mulheres trans não existem, o que existem são homens que sujeitam os seus corpos a cirurgias, a tratamentos hormonais para serem reconhecidos como mulheres mas como a ciência nos diz que por mais que façam não conseguem mudar o ADN, nasceram homens, morrerão com o ADN de homens".



Ata nº 08/2021 4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Rui Belchior".

Rui Belchior, do PSD, disse: "Nós votamos a favor, consideramos inclusive que a violência doméstica é hoje um flagelo inaceitável, inclusive também no Tribunal do Seixal foi recentemente criada uma secção própria só para tratar deste crime. Recentemente uma Mulher queixou-se por 35 vezes na zona de Leiria à GNR, acabou assassinada. O que lhe terão dito é que provavelmente não podiam fazer nada que é aliás, agora uma expressão que na nossa ótica é de absoluta desconsideração, do esvaziamento que tem sido dado, do desrespeito que tem sido conferido às forças de segurança e portanto, entrámos neste paradigma perigoso e quanto a nós esta não é a principal consequência evidentemente, que isto precisa de começar logo nas escolas com a formação cívica porque as pessoas, sobretudo dentro de quatro paredes, atuam das formas mais inacreditáveis. Evidentemente que hoje podia estar aqui o resto da noite a contar episódios dos quais tenho conhecimento direto, provavelmente vocês ficariam surpreendidos com aquilo que um ser humano é capaz de fazer a outro, mas queríamos só dizer isto. Este ano os números, atendendo a outros anos, não têm uma dimensão tão grande. Este ano ainda vamos nas vinte e tal mortes, como se isso não fosse grave. É grave mas houve anos em que houve quarenta e tal mortes ainda recentemente, e o que nós queremos dizer para terminar é que isto é a falência absoluta do Estado, e deixem-me dizer-vos com franqueza, agudizou-se nos últimos seis anos e com o Governo das esquerdas unidas".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Passamos para a votação da moção Dia Internacional pela eliminação das violências contra as mulheres (25 de novembro de 2021), apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. Quem vota a favor?"

Aprovada a Tomada de Posição nº 65/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Trinta e quatro (34) votos a favor dos seguintes eleitos:

• Do grupo municipal da CDU: 16

• Do grupo municipal do PS: 12

Do grupo municipal do PSD: 3

Do grupo municipal do CH: 3

Três (3) abstenções dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal do BE: 2

Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "A moção foi aprovada com os votos a favor da CDU, do PS, do PSD, do Chega e a abstenção do Bloco de Esquerda e do PAN. Declarações de voto? Isabel Cruz".



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Isabel Cruz, do BE, disse: "Relativamente à moção que a CDU hoje apresenta sobre este tema temos alguns reparos e divergências que nos levam a abster-nos na votação da mesma pelos seguintes motivos: sendo uma moção muito genérica e abrangente acaba por dar pouca relevância à terceira maior causa de morte das mulheres em todo o mundo, o femicídio. O femicídio é transversal nas sociedades, não sendo exclusivo das mulheres pobres ou exploradas do ponto de vista laboral. A pobreza, a exclusão social, a exploração laboral e a insuficiência de rendimentos a que a CDU se refere na sua moção não explica o fenómeno que radica na sociedade patriarcal em que há um desequilíbrio de género que está acima do desequilíbrio social. Dois: Rejeitamos o conceito expresso na moção, não conseguimos alterar mentalidades e comportamentos, enquanto a nossa sociedade viver da exploração e opressão de uns seres humanos sobre os outros, tal conceito traduz a ideia de que enquanto houver exploração a violência contra as mulheres não pode deixar de existir. Nós defendemos que é possível, necessário e urgente alterar mentalidades e comportamentos. Três: Relativamente à prostituição sendo que este fenómeno é demasiado complexo e não pode ter um tratamento e análise únicos, lamentamos que a moção tenha apenas uma perspetiva de rejeição liminar do conceito de trabalho sexual. Se desejamos que uma moção deste tipo e com a importância que tem seja assumida por esta assembleia de forma, senão unânime, pelo menos de forma bastante alargada, consideramos que este tema seja retirado da moção por parte dos proponentes".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Mais alguma declaração de voto? Então agora é a moção do PS «Pela igualdade e erradicação da violência de género». Quem vota a favor?"

Trinta e quatro (34) votos a favor dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

Do grupo municipal do PS: 12

Do grupo municipal do PSD: 3

Do grupo municipal do BE: 2

Do grupo municipal do PAN: 1

Três (3) abstenções dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal do CH: 3

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "A moção foi aprovada com os votos a favor da CDU, do PSD, do Bloco e do PAN e a abstenção do Chega». Declarações de voto? Armando Farias".

Armando Farias, da CDU, disse: "Votámos a favor mas apresentaremos uma declaração de voto no prazo indicado".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Passamos para o documento seguinte."



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

II.14. O Grupo Municipal do PSD apresentou uma moção «Conselho Municipal da Juventude do Seixal», subscrita por David Martins.

(Documento anexo à Ata com o número 15).

David Martins, do PSD, disse: "Trago hoje aqui um tema que já foi discutido várias vezes nesta casa, portanto não me vou alongar muito sobre ele. Só dizer que já foi aprovado em 2018 este tema, trata-se sim de dar voz à juventude, criar um órgão que possa ser até consultivo para a própria câmara e para a própria assembleia municipal onde os jovens possam ter voz, onde todos os dias nós estamos a dizer que os jovens estão afastados da política, era com este órgão que poderíamos continuar a chamá-los e a trazê-los para o movimento cívico e para a participação cívica na sociedade. Assim, nove anos após a publicação do regime jurídico dos conselhos municipais da juventude, a Assembleia Municipal do Seixal reunida extraordinariamente no dia 22 de novembro de 2021 delibera: Solicitar à Câmara Municipal do Seixal que instale o Conselho Municipal de Juventude, de acordo com a Lei n.º 6/2012 e com a deliberação aprovada por maioria nesta Assembleia no dia 19 de Fevereiro de 2018».

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal, disse: "Quem deseja usar da palavra? Parece não haver inscrições. Assim, pergunto ao proponente se quer ainda acrescentar alguma coisa? Não! Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal Paulo Silva".

O Vice Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Confesso que na primeira reunião que tive com a chefia do gabinete de juventude, uma das questões que coloquei foi a questão do Conselho Municipal de Juventude e se nas reuniões com as associações juvenis isso já tinha sido levantado. A informação que tive, já agora também aqui dizer que vou ter uma reunião com as associações juvenis para a próxima semana, mas a informação que tive da chefia é que este assunto já tinha sido debatido com as associações juvenis e que todas elas tinham considerado não estar de acordo com o Conselho Municipal de Juventude argumentando que das vinte e muitas associações juvenis existentes no concelho apenas três teriam direito de voto no Conselho Municipal de Juventude, ou seja, ficaríamos com uma situação em que haveria vinte e tal associações a trabalhar e três a decidir e que por isso, as mesmas consideram que é contraproducente, é uma política de juventude em que não é a maioria a decidir mas apenas uma minoria a ter direito de voto e a decidir por todos".

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal, disse: "Sim, senhor tem o direito, faça favor do uso da palavra".

David Martins, do PSD, disse: "Compreendo o que diz o Sr. Vice Presidente relativamente às associações não formais que poderiam não ter direito ao voto no Conselho Municipal da Juventude. Então, poderíamos pelo menos tentar reunir e arranjar um consenso e uma forma de fazer isto de outra forma. Eu acho que deviam ter sempre a palavra no Conselho Municipal de Juventude mesmo que não tivessem direito ao voto porque não passa também de um órgão



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

deliberativo onde não poderíamos ter nada a decidir taxativamente mas sim, era ouvida a juventude e eu acho que é disso que se trata aqui e pelos vistos o esforço é não fazê-lo desta forma".

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal, disse: "Estamos em condições de passar à votação. (...)"

Aprovada a Tomada de Posição nº 67/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Vinte e um (21) votos a favor dos seguintes eleitos:

• Do grupo municipal do PS: 12

Do grupo municipal do PSD: 3

• Do grupo municipal do CH: 3

Do grupo municipal do BE: 2

Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) votos contra dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal, disse: "A moção foi aprovada por maioria com os votos a favor do PSD, do Chega, do Bloco de Esquerda e do PAN e os votos contra da CDU. Declarações de voto? Sra. deputada Paula Santos".

Paula Santos, da CDU, disse: "A CDU votou contra esta moção porque se o objetivo é haver um órgão que faça a auscultação da opinião por parte das associações juvenis que permita a sua participação de pleno direito, esse órgão já existe no município do Seixal e que não faz discriminação, nem distinção em função da natureza e da formação de cada uma das associações juvenis, considerando todos aqueles que tenham uma natureza jurídica mais formal e aqueles que sejam informais e este é um aspeto relevante porque quando falamos de ouvir é ouvido, quando falamos de participação é participação e quando falamos de democracia, a democracia é exatamente isto, todos a participar e a ouvir todos".

Tomás Santos, do PS, disse: "O Partido Socialista quer fazer declaração de voto para dizer que votou favoravelmente esta moção porque o PS é a favor de todas as moções que visem cumprir a legalidade e é disso que se trata".

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal, disse: "Temos agora um novo documento que é uma recomendação do Chega, o Sr. Nuno Capucha fará o favor de o apresentar".



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

II.15. O Grupo Municipal do Chega apresentou uma recomendação «Transmissão em direto das sessões da Assembleia Municipal do Seixal», subscrita por Nuno Capucha.

(Documento anexo à Ata com o número 16).

Nuno Capucha, do Chega, disse: "O Chega defendeu durante a última campanha eleitoral, tal como outros partidos, que se efetue *live stream* das sessões da assembleia municipal e das reuniões de câmara. Defendemos que é assim que a democracia deve funcionar, em tempo real e com total transparência sem intermediação entre eleitos, eleitores, mantendo a fidelidade às nossas convicções e ao que foi prometido, recomendamos que a Assembleia Municipal aprove a transmissão em direto através do canal do *youtube* do município do Seixal de todas as sessões da Assembleia Municipal em registo audiovisual, devendo o vídeo ficar disponível no final da emissão. Caso seja aprovada deve esta recomendação ser remetida à Câmara Municipal do Seixal para que os serviços municipais ligados ao audiovisual providenciem a sua transmissão já na próxima Assembleia Municipal».

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Antes de dar a palavra apenas um apontamento a nível da mesa que tem que ser dito. Esta matéria, nós vemos no Período da Ordem do Dia, esta e outras que tenham a ver com o regimento porque só é possível transmissões online estando consignadas no regimento da Assembleia Municipal. O atual regimento é um regimento transitório, é um regimento no quadro da lei, mantém-se em vigor até à aprovação pela Assembleia Municipal do novo regimento para o novo mandato, e neste quadro nós na última reunião de líderes acordámos que veremos isso no Período da Ordem do Dia, o modelo para a elaboração do regimento para este mandato 2021-2025, o que acordámos é o que vem ao Período da Ordem do Dia que é a deliberação da comissão de regimento para a elaboração do regimento e por outro lado, temos também já agendada uma reunião de líderes para dia 6 de dezembro. É um esclarecimento que a Mesa, o Presidente da Assembleia, não podia deixar de dar porque tem a ver com o funcionamento da Assembleia Municipal. Portanto, esta matéria ou outra que não estejam em termos regimentais, a assembleia entenderá como o que nesta matéria entender, passo a redundância, mas é uma questão regimental, não é uma questão de recomendação, é uma questão regimental. É o esclarecimento necessário para vos dar a palavra em termos de intervenção. Quem é que pretende intervir? Samuel Cruz se faz favor".

Samuel Cruz, do PS, disse: "Independentemente se é regimental ou se não é regimental a recomendação pode ficar feita, tem o valor político e é isso que interessa. A minha vinda aqui é para perguntar ao Sr. Presidente da Mesa, porque a sua opinião é importante, e prometeu em sede de campanha eleitoral que ia implementar, eu acho que isso era muito importante e que assumisse também hoje aqui o compromisso, tal como assumiu anteriormente que neste mandato íamos implementar isto".



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Sem entrarmos aqui em perguntas, intervenções e respostas muito menos da Mesa, o papel da Mesa não é esse, o papel do Presidente da Assembleia Municipal é de condução dos trabalhos, mas dizer que essa é uma matéria que ficará em sede de elaboração do regimento até porque a comissão que vamos propor e que com certeza está aprovada porque foi acordado entre nós, só se houvesse aqui um entendimento diferente hoje. Na comissão do regimento participa a Mesa, participa o Presidente da Assembleia, participa o 1.º e 2.º secretário e os líderes dos grupos municipais e aí teremos a oportunidade, não é hoje a sede de opinião da Mesa sobre esta matéria, naturalmente não teria sentido. Quem é que pretende intervir, mais? Rui Belchior".

Rui Belchior, do PSD, disse: "Nós também subscrevemos esta proposta, embora consideremos também que será discutida no âmbito do regimento, como aliás há anos que anda a ser discutido no regimento e devo até dizer sem nenhuma espécie de inconfidência ou de afronta, tem sido impedida esta transmissão online unicamente pela CDU. É a CDU a única força partidária que se tem oposto veementemente à transmissão das assembleias. Portanto, é pertinente a pergunta do Samuel e nós temos a mesma curiosidade em saber qual será o futuro da posição da CDU nesta matéria porque realmente, nós já o anunciámos e queremos aqui anunciar novamente que não aprovaremos nenhum regimento que não inclua a transmissão online destas assembleias".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Não entramos em diálogo porque eu já disse sobre esta matéria e muito menos em nome da CDU, falei enquanto Presidente da Assembleia. Mais intervenções? Hoje aqui podemos decidir uma recomendação mas não decidimos nada! Só decidiremos no regimento e aí em sede própria a Assembleia Municipal. Quem é que pretende intervir, mais? Não há mais intervenções. Vamos colocar à votação".

Rejeitada a Tomada de Posição nº 68/XIII/2021 — através de voto de qualidade - por maioria e em minuta com:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal do PS: 12

Do grupo municipal do PSD: 3

Do grupo municipal do CH: 3

Dezoito (18) votos contra dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

Do grupo municipal do BE: 2

Uma (1) abstenção do seguinte eleito:



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "O resultado da votação foi os votos a favor do PS, do PSD e do Chega, votos contra da CDU e do Bloco de Esquerda, a abstenção do PAN e a moção é rejeitada com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia. Declarações de voto? O Mário Macedo, depois a seguir Ivo e depois Armando Freitas. Mário se faz favor".

Mário Macedo, do BE, disse: "O Bloco de Esquerda votou contra esta proposta. Esta proposta, isto é matéria para o regimento não nos faz sentido nós estarmos enquanto assembleia votarmos a recomendar que a própria assembleia promova a transmissão das sessões de nós próprios. Há um amplo consenso partidário para que isto aconteça, todos nós queremos que isto aconteça, desde o PS, ao PSD ou ao Bloco ou PAN, nós estamos seguros que isto vai acontecer no regimento. Nós garantimos que vamos votar contra qualquer regimento que não garanta a transmissão online das sessões mas isto não é matéria para estarmos aqui hoje a falar, isto é matéria para ser decidido em regimento e na comissão de líderes".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Ivo Gomes se faz favor".

Ivo Gomes, do PAN, disse: "O PAN abstém-se nesta votação, reforçando aquilo que já foi dito pelo Sr. Presidente da Mesa e pelos anteriores intervenientes, esta é uma matéria para regimento, é uma matéria em que até já está acordada e que foi discutida na última conferência de líderes e, portanto, a nossa abstenção refere-se meramente apenas ao timing, não é o momento ideal para discutir esta temática, ainda que o PAN acompanhe na recomendação e faz parte também do programa do PAN para o município, para o novo regimento e daí a abstenção, será um tema que será discutido depois em sede de regimento".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Armando Farias".

Armando Farias, da CDU, disse: "O grupo da CDU votou contra precisamente porque é o mesmo entendimento, já foi explanado, isso é matéria do âmbito do regimento haverá essa discussão e esse resultado depois virá no âmbito do regimento à Assembleia. Portanto, votamos contra por esta razão".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Samuel Cruz".

Samuel Cruz, do PS, disse: "A declaração de voto do PS é para dizer que o silêncio da CDU sobre esta matéria é ensurdecedor mas o sentido de voto é bastante esclarecedor".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Não há mais declarações de voto, certo? Então, passamos para o documento seguinte".



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

II.16. O Grupo Municipal do BE apresentou uma recomendação «Seixal, justiça climática, trabalho, ambiente, bem estar e saude», subscrita por Mário Macedo.

(Documento anexo à Ata com o número 17).

Mário Macedo, do BE, disse: "Sabemos que as alterações climáticas são o maior desafio da nossa geração, o seu potencial destrutivo assimétrico e irreversível constituem um problema que carece de uma abordagem emergente, o painel intergovernamental sobre as alterações climáticas da ONU diz que é inequívoca a influência humana sobre estas mesmas alterações climáticas. Alcançar a neutralidade carbónica é um processo que tem um impacto positivo na vida das pessoas, que cria emprego, bem-estar e saúde. Nós pedimos para que a Câmara Municipal do Seixal tome todas as medidas necessárias, tanto no âmbito da mobilidade, como no âmbito do ambiente para atingir o objetivo da neutralidade carbónica o mais tardar até 2035, mas nós estamos mais ambiciosos, nós sabemos que existem fundos europeus para esta matéria. Nós pedimos que a Câmara se empenhe nas candidaturas a estes mesmos fundos europeus para as cidades que queiram e que tenham a ambição de atingir este objetivo até 2003".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Intervenções? Sr. Vice Presidente".

O Vice Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Eu dava a palavra ao Vereador Joaquim Tavares para falar sobre esta moção".

O Vereador Joaquim Tavares, disse: "Naturalmente que a Câmara está preocupada com estas questões e o esclarecimento disso é aquilo que tem sido a política que temos seguido e as participações que temos nos diversos domínios, designadamente a nossa adesão ao pacto de autarcas, ao facto de termos assumido um compromisso de redução de 20% das emissões até 2022 e, neste momento, com os dados de 2019 já estarmos perto dos 40% da redução. Portanto, isso expressa bem o empenho que temos nesta matéria e a forma como estamos a parametrizar essa evolução.

Dar nota também que não é um fator menor e que no quadro da mobilidade e do contributo que ela também pode dar, o novo passe social aprovado pelos municípios da Área Metropolitana e com o nosso esforço financeiro muito significativo, é um contributo grande que está associado àquilo que vai acontecer durante este próximo ano, designadamente a duplicação das carreiras, o alargamento das áreas abrangidas, ou seja, melhor transporte público, maior frequência das carreiras, mais zonas do concelho abrangidas e um preço acessível, pensamos que são fatores que vão também contribuir. Dar ainda nota que iremos iniciar no próximo ano a instalação de luminárias led em todo o concelho, são aproximadamente 30 mil luminárias no concelho que queremos terminar no 1.º semestre e isso também representa um esforço, um investimento financeiro mas também o resultado naquele objetivo que estamos a discutir.



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Duas notas mais, os veículos elétricos que adquirimos e que estão a servir para transportar os nossos munícipes aos centros municipais de vacinação e que é visível a todos e que também contribui para esse objetivo e ainda a recente participação do município no projeto da produção de hidrogénio e na integração no gás natural, portanto é um projeto em que estamos também a participar e que queremos alargar, sendo o nosso município pioneiro nessa matéria".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Pergunto ao proponente se pretende intervir? Vamos colocar à votação".

Aprovada a Tomada de Posição nº 69/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Trinta e quatro (34) votos a favor dos seguintes eleitos:

• Do grupo municipal da CDU: 16

• Do grupo municipal do PS: 12

Do grupo Municipal do PSD: 3

• Do grupo municipal do BE: 2

Do grupo municipal do PAN: 1

Três (3) abstenções dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal do CH: 3

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "A recomendação é aprovada com os votos da CDU, do PSD, do Bloco de Esquerda, do PAN e a abstenção do Chega. Declarações de voto? Armando Farias e Samuel Cruz".

Armando Farias, da CDU, disse: "Nós fazemos uma avaliação crítica sobre a neutralidade carbónica, uma avaliação crítica relativamente às formas de atingir os objetivos e quanto às metas. Por outro lado, consideramos que é reconhecido o papel importante e a ação da câmara nesta matéria, de qualquer dos modos entendemos que o sentido global da moção é correta e, por isso, votámos a favor".

Samuel Cruz, do PS, disse: "Apenas para deixar registado acerca do comprometimento do Partido Comunista Português com o ambiente que a Lei de Bases do Ambiente foi aprovada no último dia 5 de novembro no Parlamento. Claro, com o voto contra da Iniciativa Liberal e com a abstenção do PCP".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Passamos para o documento seguinte".



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

II.17. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma moção «É urgente e necessário o aumento dos salários», subscrita por Rafael Louro.

(Documento anexo à Ata com o número 18).

Rafael Louro, da CDU, disse: "Tendo em conta a limitação de tempo direi apenas que vivemos num país com 2 milhões de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza daí que recomendamos que a Assembleia Municipal do Seixal, reunida em sessão extraordinária no dia 22 de novembro manifeste o seu apoio e solidariedade para com a justa luta dos trabalhadores em defesa dos salários e melhores condições de trabalho. Exortar o Governo para adotar uma política que valorize o trabalho e os trabalhadores, nomeadamente, com o aumento geral dos salários e uma significativa melhoria do Salário Mínimo Nacional, o aumento real das pensões, a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho, o reforço dos serviços públicos e das funções sociais do Estado".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Intervenções em relação a esta moção? Rui Belchior".

Rui Belchior, do PSD, disse: "Esta moção é a utilização das mesmas parangonas, das mesmas expressões de sempre por parte da CDU ou do PCP. Continuamos com os lucros dos grandes grupos económicos, o interesse do grande capital, são sempre estas as expressões e eu gostava de referir aqui alguns números e estamos de acordo que a nossa economia não deve ser feita com baixos salários mas devemos ter, e isto o PCP nunca tem em conta, as empresas que é quem cria emprego e, portanto, tem que haver também uma política de incentivo às empresas. Deixem-me dizer-vos o seguinte: ao contrário daquilo que os srs. querem fazer parecer, 96% do tecido empresarial são micro empresas, menos de 10 pessoas, 3,3 pequenas empresas, menos de 50 pessoas, 0,5 até 250 pessoas e as tais grandes empresas, os grandes grupos económicos e financeiros são apenas 1357 empresas 0,2%. Portanto, eu espero que reflitam quando fazem este tipo de afirmações, era hora de modificarem essas expressões que são ditas como se fossem verdade e não têm nenhum rescaldo, nem na realidade, nem na verdade".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Tomás Santos".

Tomás Santos, do PS, disse: "O PS é um partido de bem e porque o PS é um partido de bem não se deixará cair na armadilha que é esta moção. Em vez disso o PS prefere recordar, porque recordar é viver, e o que há a recordar? Sobre o salário mínimo há a recordar que o salário mínimo subiu desde 2016 até agora 39,6%, 530 euros em 2016 para 665 euros em 2021. Sem deixar de recordar que entre 2011 e 2015 o salário mínimo subiu apenas uma vez de 2014 para 2015, um aumento de apenas 20 euros e isto apenas sobre o tema desta moção, mas já que estamos a puxar pela memória porque não recordar também o aumento do rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem que subiu de 824 euros em 2015 para 1022 em 2021



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

ou as mais de 533 mil pessoas empregadas em 2021 face a 2015 ou o decréscimo do desemprego que só este ano já desce há 7 meses consecutivos ou os mais de 28 mil profissionais de saúde no SNS desde 2015 enquanto que entre 2011 e 2015 com o Governo de direita o SNS tinha perdido 8500 trabalhadores, bem como as outras medidas, como os manuais escolares gratuitos ou a redução dos passes sociais para 40 euros. E agora, pergunto ao PCP, isto não é uma política global verdadeiramente de esquerda que coloca o país no caminho do progresso e do desenvolvimento como diz a moção? A questão é que o PCP já respondeu a esta pergunta quando viabilizou, quer aprovando, quer se abstendo todos os orçamentos que viabilizaram esta política global verdadeiramente de esquerda ao longo dos últimos seis anos e como todos podemos constatar aquilo que distou este orcamento dos anteriores é apenas uma coisa, é a sua intensidade porque se todos os outros eram de uma política verdadeiramente de esquerda este então, é que era mesmo, mesmo uma política verdadeiramente de esquerda. Portanto, fica uma nova pergunta para o PCP, o que mudou? E o que mudou não foi a política prosseguida ao longo destes seis anos que teve a concordância do PCP, o que mudou foi a cor da Câmara Municipal de Almada, do Barreiro, da Moita, de Loures ou de Beja e isso não tem nada a ver com o Orçamento de Estado, com a política de esquerda ou com os trabalhadores, tem a ver com os interesses próprios do PCP os quais nada dizem à população. Por isso, o PS não cai na armadilha, nós continuamos cá a melhorar a vida dos portugueses, já o PCP roeu a corda e preferiu a crise política ao caminho do progresso e do desenvolvimento. E agora? Agora, o problema é vosso, a responsabilidade é vossa e de mais ninguém, responsabilizem-se e deixem os trabalhadores e os portugueses viver em paz que é para isso que nós trabalhamos ao contrário dos outros".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Mais intervenções? O proponente faz favor".

Rafael Louro, da CDU, disse: "Apenas sobre a questão das micro e pequenas e médias empresas dizer que na Assembleia da República o PCP tem apresentado ao longo dos anos propostas que visam favorecer as pequenas e médias empresas, tendo sido todas estas propostas rejeitadas pelo PS e pelo PSD".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Vamos colocar à votação".

Aprovada a Tomada de Posição nº 70/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

• Do grupo municipal do BE: 2

Quinze (15) votos contra dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal do PS: 12



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Do grupo municipal do PSD: 3

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal do CH: 3

Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "A moção foi aprovada com os votos a favor da CDU e do Bloco de Esquerda, a abstenção do PAN e do Chega e o voto contra do PS e do PSD. Declarações de voto? Não há declarações de voto. Passamos para o documento seguinte".

II.18. O Grupo Municipal do PS apresentou uma saudação «Dia Internacional para a Tolerância», subscrita por Telma Lima.

(Documento anexo à Ata com o número 19).

Telma Lima, do PS, disse: "No passado dia 16 de novembro de 2021 celebrou-se o Dia Internacional para a Tolerância, comemoração que decorre desde 1996, quando a mesma foi declarada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A ONU destaca "o compromisso da organização de promover o entendimento entre culturas e povos". Penso que todos os eleitos leram a saudação, se não se importarem eu vou passar a ler apenas a parte deliberativa: A Assembleia Municipal do Seixal, reunida em sessão extraordinária, a 22 de novembro de 2021, delibera: assinalar o Dia Internacional para a Tolerância, saudando as Nações Unidas pela criação do prémio UNESCO-Madanjeet Singh e o CRC pelo trabalho que tem realizado na defesa da tolerância; saudar todos aqueles que, vindos dos mais variados pontos do mundo, decidiram escolher o concelho do Seixal para nele viver, crescer e se desenvolver social, profissional e economicamente; assinalar esta data recomendando à Câmara Municipal do Seixal que aprofunde o seu trabalho nesta matéria, nomeadamente criando um programa de acolhimento de refugiados no município e retomando o processo de cooperação com as cidades geminadas".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Intervenções em relação a esta saudação? Armando Farias".

Armando Farias, da CDU, disse: "Há uma saudação e depois no último item tem uma recomendação, do ponto de vista regimental não sei se pode ser assim. Sim, um ponto de ordem porque isto tem a ver com o nosso sentido de voto em relação à saudação".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Ordem, sim senhora! Ponto de ordem não é considerado o tempo. De facto, há aqui e olhando para isto pergunto ao proponente o que tem a dizer sobre isto?".



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Samuel Cruz, do PS, disse: "Se a CDU não aceitar proponho uma formulação mas nós alteramos a palavra recomendação para propomos. Mas se queria propor uma proposta alternativa nós aceitamos, diga qual é?"

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "A questão é que uma saudação não tem propostas mas isso, uma saudação, saúda. Samuel só para fecharmos isto, em que ficamos é propomos? Isto é uma saudação!"

Samuel Cruz, do PS, disse: "Não é saudar é recomendar. Exorta a Câmara Municipal a aprofundar o seu trabalho nesta matéria. O que diz é, no ultimo paragrafo: Assinalar esta data, exortando a Câmara Municipal do Seixal a aprofundar o seu trabalho nesta matéria".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Não vamos continuar nisto! Fica exortando é isso? Há mais algum pedido de intervenção? Sr. Vice Presidente da Câmara, se faz favor".

O Vice Presidente da Câmara Municipal, disse: "Sobre esta matéria só dar aqui um esclarecimento à assembleia, portanto, aqui diz: "exortando o município a retomar o processo de cooperação com as cidades geminadas", esse processo está em curso, dizer que ainda este ano houve o envio de material didático, tanto para a Lobata, como para a Boavista, que com a ajuda da Marinha Portuguesa que fez o transporte do material didático e foram muitos volumes e também estamos a dar o apoio à Lobata para um projeto de abastecimento de água à população. É um trabalho que está a ser feito e que não precisamos de recomendação para o fazermos".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Pergunto ao proponente se pretende intervir?"

Telma Lima, do PS, disse: "É só para modificar o "retomando" para "aprofundando", sendo assim o processo de cooperação com as cidades geminadas".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Fica como, eu não percebi! Aprofundando é isso? Então, vamos colocar à votação".

Aprovada a Tomada de Posição nº 71/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Trinta e quatro (34) votos a favor dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

Do grupo municipal do PS: 12

• Do grupo municipal do PSD: 3

Do grupo municipal do BE: 2

Do grupo municipal do PAN: 1



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Três (3) abstenções dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal do CH: 3

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "A moção está aprovada com os votos a favor da CDU, do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda e do PAN e a abstenção do Chega. Declarações de voto? Armando Farias".

Armando Farias, da CDU, disse: "Nós votamos a favor da moção, embora consideremos que o último item é desnecessário na medida em que a câmara tem feito bom trabalho e não precisa desta recomendação porque é o trabalho que faz todos os dias".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Mais alguma declaração de voto? Não. Então, passamos para o documento seguinte".

II.19. O Grupo Municipal do Chega apresentou uma recomendação «Pela Implementação de apoio técnico- administrativo de confiança política às diferentes forças políticas com assento na Assembleia Municipal do Seixal», subscrita por Henrique Rodrigues.

(Documento anexo à Ata com o número 20).

Henrique Rodrigues, do CH, disse: "Trago aqui uma recomendação à Câmara Municipal do Seixal, considerando que o exercício por parte dos membros da Assembleia Municipal reveste uma crescente complexidade, importando garantir aos eleitos, meios e recursos técnicos e humanos, de modo a garantir o adequado desempenho do seu mandato; considerando também a dimensão do Município do Seixal, o continuado acréscimo de competências cometidas às autarquias, e outros fatores de exigência que se relacionam com o conhecimento íntimo da realidade e do ordenamento jurídico para se dar uma cabal resposta às necessidades das populações e problemáticas presentes no concelho do Seixal, apenas poderão ser enfrentados mediante uma adequada dotação de meios e recursos. É entendimento do grupo do Chega Seixal que todos os grupos representados devem dispor de meios ajustados à concretização das competências conferidas a este órgão a bem do concelho, nos que nele habitam e dos que nele trabalham. Sem prejuízo do disposto no n.º 31.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e sem qualquer tipo de menoscabo pelo proficiente trabalho e apoio técnico-administrativo que o "Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal" vem prestando à Mesa, ao Plenário, às Comissões, aos Grupos Municipais, assim como a todos os membros eleitos da AM, tomados isoladamente, tendo-se igualmente em atenção o contexto em que foi formado o Núcleo de Apoio à Assembleia não é comparável às exigências do atual, onde as funções e as exigências cometidas extravasam a atual capacidade de resposta, nomeadamente pela acumulação de um grande volume de trabalho – e pelo acréscimo considerável da complexidade associada ao exercício das funções de deputado municipal, mesmo tendo em conta um progressivo aumento também da dotação de meios físicos e de recursos humanos para o correto funcionamento das valências mencionadas. O apoio aqui proposto revela-



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

se premente e exige escrúpulo de confiança política – dado que os assuntos e as matérias a tratar se revestem de uma particular exigência de discrição e relação fiducial entre as diferentes forças políticas aqui representadas e os trabalhadores envolvidos. A questão que se impõe para o Grupo Municipal CHEGA Seixal, é a de ponderar se esta assembleia deverá ou não recomendar à câmara, com base num amplo consenso entre as forças partidárias aqui presentes, a implementação do processo – à semelhança do que aconteceu recentemente no concelho limítrofe de Almada, de dimensões semelhantes ao nosso - de reorganização interna no que concerne ao apoio técnicoadministrativo (com eventual valência jurídica), de forma a reforçar os meios técnicos e recursos humanos ao dispor, em particular, das diferentes forças partidárias aqui presentes. Nesse sentido, propõe-se que a Assembleia Municipal do Seixal, delibere recomendar à Câmara Municipal do Seixal o seguinte: Que implemente um apoio técnico-administrativo diferenciado, assente numa relação de confiança política, tal que beneficie todas as forças partidárias com assento nesta Assembleia, no sentido da melhoria contínua, assumindo o pressuposto de que uma eventual assessoria aos Grupos Municipais proporcionaria maior eficiência e eficácia de trabalho no serviço à população. Creio que ficaram com alguma noção do que é que se pretende, portanto um apoio com confiança política absoluta para cada grupo municipal".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Antes de intervirem dizer-vos o seguinte: Esta recomendação e esta proposta não tem enquadramento legal, não está na lei, não está no 75/2013. Portanto, a assembleia deliberará como entender mas, independentemente, eu não estou sequer a apreciar o propósito, não me compete, nem é o momento, nem o papel do Presidente da Assembleia, nem da mesa nesta altura. Qualquer apreciação em relação ao objetivo, à ideia, não é isso, agora não há dúvida de espécie nenhuma que não tem enquadramento legal e, portanto, a assembleia deliberará conforme entender. O enquadramento legal é o artigo 31.º da Lei 75/2013 que define que a assembleia municipal funciona com um núcleo de apoio com trabalhadores municipais. Agora a questão, e apenas mais isto, porque nós em sede de reunião de líderes é uma matéria que até na última reunião já, eu tive alguma apreciação e que apreciaremos em reunião de lideres, com certeza, mas a questão se se colocar e nós estamos, o Presidente e a Mesa, com o Presidente da Câmara com o objetivo de reforçar o núcleo de apoio exatamente na medida das necessidades mas é ao abrigo do artigo 31.º. Outros municípios entenderam, não me compete a mim pronunciar e não irei mais hoje sobre sobre esta matéria, mas a interpretação da mesa, e a mim, parece-me linear. Aliás, eu, em 30 anos de autarca e 16 da Associação Nacional de Municípios Portugueses nunca ouvi, não é a bondade da ideia, deixem-me dizer isto, claramente, mas nunca tinha ouvido isto. Confesso-vos porque não tem enquadramento na lei. A assembleia deliberará, agora não é a questão da ilegalidade, deliberará como entender, não tem enquadramento legal, não tem. Sobre isso não tenho nenhumas dúvidas, sobre esta matéria e não tenho nenhumas duvidas jurídicas sobre isto. Quero-vos dizer que sobre esta matéria no quadro responsabilidades, enquanto Presidente da Assembleia responsabilidades legais, não cometeremos nenhuma ilegalidade nesta Assembleia Municipal, que



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

fique claro. Nunca será subscrita pelo Presidente da Assembleia e pelo Presidente da Mesa que fique claro, em termos de legalidade, era o que faltava, isto só para deixar clara a matéria. Artigo 31.º é o que existe na Lei. Cada um fará como entender, mas a Lei é clarinha sobre esta matéria, não há muita dúvida. Assembleia Municipal não é a Câmara, nós estamos a falar da Assembleia Municipal. Da Câmara é a Câmara no quadro legal de funcionamento da câmara que a lei também define, o 75/2013 e não há outra lei sobre esta matéria. É esta! Desculpem lá, esta é uma matéria que eu não queria aqui de forma nenhuma entrar no debate que é dos eleitos da assembleia e, portanto, intervenções em relação a esta proposta? Samuel".

Samuel Cruz, do PS, disse: "Telegraficamente e isto é muito ingrato, na verdade o Presidente fez uma intervenção sobre o mérito da proposta e eu agora tenho 1 minuto e 30 apenas para rebater, mas a verdade é esta. Isso é uma forma enviesada de ver, é evidente que este apoio a existir tem que estar na dependência do Sr. Presidente da Câmara que é assim que é em todo o lado. Agora como Vice Presidente da Associação Nacional de Municípios até estranho o quão desinformado está. Lisboa tem apoios a todas as forças políticas e ao PCP também, Almada dá 2 técnicos superiores ao PCP e 1 assistente administrativo, dá ao Bloco de Esquerda, dá ao PSD e mesmo a quem não tem eleitos na câmara, só na assembleia municipal dá também apoio administrativo porque é uma câmara democrática, porque é uma câmara que visa pela democracia. Setúbal dá apoio político em concreto ao PS, dá 1 técnico superior, dá 1 técnico administrativo. O PS no Barreiro até deu hoje como nós vimos a presidência da Junta Metropolitana ao PCP, também tem meios para trabalhar, melhor que isto não pode pedir. O Seixal é que o Sr. Presidente da Câmara a única coisa que diz é que temos uns gabinetes iguais aos dele. Olhe, isso é a democracia formal e não querer fazer democracia material".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Isso é na Câmara, a Assembleia Municipal é o órgão autónomo e a questão é onde é que está na lei? Ilegalidades aqui não se cometem com a assinatura do Presidente da Assembleia Municipal, que fique claro. A Câmara é a Câmara, diga lá sem diálogo. Tudo o que disse tem a ver com câmaras municipais, isso é a câmara. Para não entrarmos em diálogo, nada disso mas quero ser muito perentório sobre esta matéria, deliberações as que entenderem, aplicações fora da lei nunca! Como é óbvio, para proteger-nos a todos, a mesa e os eleitos da assembleia. Se houver uma lei diferente desta, façam o favor de a trazer. Mais intervenções?"

Samuel Cruz, do PS, disse: "Mais uma vez telegraficamente, a recomendação é à câmara e portanto, tem todo o cabimento legal aqui, primeiro ponto. Segundo ponto, pelo seu entendimento estrito não podia haver recibos verdes, avenças a apoiar os vereadores do PCP e existem porque eles estão a vir das outras câmaras todas que perderam e portanto, isto é possível. Se todos os outros fazem no Seixal também se faz, todas as câmaras não andam aqui a cometer ilegalidades, estamos a falar das grandes, não estamos a falar das pequenas, mas é claro que dentro do quadro legal é possível fazer. O Presidente da Câmara não pode contratar os avençados



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

que quiser para os fins que quiser, é evidente que pode! Dizer o contrário é querer enganar quem tem menos experiência destas coisas".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Então, se faz favor o Samuel fica aqui que o grupo municipal do PS deu a entender, então que traga um parecer jurídico a dizer isso que é possível".

Samuel Cruz, do PS, disse: "Isso é a maneira do Sr. Presidente da Mesa ..."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "O Presidente da Assembleia Municipal não aplica ilegalidades".

Samuel Cruz, do PS, disse: "Mas não é o Presidente da Assembleia Municipal!"

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "E fica registado em ata".

Samuel Cruz, do PS, disse: "Eu só digo uma frase, o Presidente da Câmara não faz contratos de avença? A recomendação é à Câmara. Da mesma maneira que o Presidente da Câmara faz contratos de avença para assessoria aos vereadores do PCP pode fazer contratos de avença para assessoria aos eleitos dos outros partidos".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Não estamos a discutir isso, Samuel! Não é disso que se pretende, é assessorias de confiança partidária, aqui não há partidos, há grupos municipais, isto não está na Lei. Tragam um suporte legal, traga um parecer jurídico, agora isto garanto-lhe eu enquanto vice presidente da Associação Nacional de Municípios que nunca se colocou e as deliberações que aconteceram noutros sítios responsabilizam quem o entender e tem a responsabilidade da tutela, mas isso aqui caros amigos não podia passar em claro, eu não podia deixar de dizer isto numa proposta que repito e para acabar, não está em questão o objetivo de poder apoiar, qualificar, não é nada disso! O que está em questão é a legalidade, isso é que está em questão. Rui Belchior".

Rui Belchior, do PSD, disse: "Eu já vi que o Sr. Presidente está muito crispado e exaltado com este tema, eu não quero contribuir ..."

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Eu crispado? Oh Rui! Agora, eu não posso nunca ter a responsabilidade de em questões de ilegalidade não intervir!"

Rui Belchior, do PSD, disse: "Deixe-me só dizer-lhe isto, depois já se pronuncia com aquilo que entender. Estamos a discutir o assunto, foi colocada a questão, aliás este assunto foi até introduzido pelo Samuel Cruz na última reunião de líderes e a questão é esta: Se há ilegalidade e eu admito que não estudei ainda bem o assunto, admito que a haja, evidente, agora a questão é esta, então os de Almada, a Câmara de Almada e a Assembleia Municipal de Almada e Lisboa estão fora da Lei por essa ordem de ideias. Nós não nos queremos agora comprometer com nenhuma



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

posição, eu acho é que deve haver abertura para discutirmos este tema sob a forma como é possível fazê-lo e nós até estamos particularmente à vontade, o PSD. Nós recusámos pelouros e todas as medidas respetivas, estamos à vontade. Agora, neste âmbito da Assembleia Municipal que há uma discrepância de meios, é evidente que há! Toda a gente sabe e era isso que se estava a discutir e portanto, o que se pretende aqui é discutir o assunto e não vejo nenhum mal ao mundo nesse debate".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "É o que estamos aqui a fazer! Mais intervenções? Mário Macedo".

Mário Macedo, do BE, disse: "O Bloco de Esquerda está de acordo com este princípio que nós também achamos que existe pouco apoio para os grupos municipais, mas nós temos aqui algumas questões, algumas dúvidas que queremos deixar aqui no ar para algumas reflexões. Desde as eleições já houve três reuniões do executivo camarário, o Chega tem um vereador, o PS tem 4 vereadores, a nós parece-nos que esta era uma questão que podiam ter levado isto ao executivo camarário e até têm maioria no executivo e poderiam ter votado favoravelmente esta questão, porque não nos parece que seja apropriado discutir isto, não nos compete a nós decidir e votar favoravelmente esta questão, isto será uma questão para ser discutida e votada favoravelmente ou não no executivo, vocês têm meios para o fazer, não o fizeram, não sei por falta de coragem, não sei, poderão explicar-nos a nós".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Mais intervenções? Samuel".

Samuel Cruz, do PS, disse: "Eu fiquei com a ideia de que a defesa da honra contou. Não contou a defesa da honra? Então, pronto".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Eu nem sequer pergunto ao proponente porque não tem tempo, não é possível. Vamos colocar à votação".

Aprovada a Tomada de Posição nº 72/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal do PS: 12

Do grupo municipal do PSD: 3

Do grupo municipal do CH: 3

Dezaseis (16) votos contra dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

Três (3) abstenções dos seguintes eleitos:



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Do grupo municipal do BE: 2

Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "A recomendação foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD e do Chega, a abstenção do Bloco de Esquerda e do PAN e o voto contra da CDU. Declarações de voto? Armando Farias".

Armando Farias, da CDU, disse: "Nós votámos contra e não discutimos porque a discussão à partida estava prejudicada uma vez que não tem enquadramento legal como já foi afirmado e como faz uma recomendação à câmara com base numa ilegalidade, é evidente que não podíamos votar a favoravelmente esta proposta".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Mais alguma declaração de voto? Samuel".

Samuel Cruz, do PS, disse: "O PS acompanha a preocupação aqui colocada pelo Bloco de Esquerda, os seus vereadores irão colocar a questão na câmara mas a nossa experiência é que o Sr. Presidente da Câmara sempre se recusou a agendar os pontos apresentados, é bom que esta assembleia fique atenta ao que vai acontecer sobre esta matéria no futuro".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Mais alguma declaração de voto? Ivo".

Ivo Gomes, do PAN, disse: "Este tema foi levado pelo Samuel na última reunião de líderes, nós acompanhamos as preocupações relativamente à ilegalidade mencionada pelo Sr. Presidente mas também acompanhamos o fundamento daquilo que foi apresentado pelo Nuno. Julgo que é um tema que pode ser continuamente debatido e aprofundado, achamos estranho que se já está em vigor na Câmara Municipal de Lisboa e na Câmara Municipal de Almada coloca-se um bocadinho em causa se é ilegal, é um bocadinho estranho, julgo que é um tema que deve ser debatido daqui para a frente".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Não há mais declarações de voto mas sobre isso nós teremos oportunidade de falar e na próxima reunião de líderes porque a proposta que foi feita era apenas para apoio à Assembleia Municipal, abrangia apenas 2, o Bloco de Esquerda e o PAN os outros com assento na Assembleia Municipal o apoio era na câmara. Esta coisa parece a Luísa patroa e a Luísa empregada, não é! Os órgãos são autónomos, atenção. Vejam lá bem o que é que está na proposta na Câmara de Almada que eu não cometo em termos de legalidade. A Câmara de Almada é autónoma e decide como entender, isso é outra questão. A Câmara de Lisboa é outro caso, um quadro próprio em termos de enquadramento que é diferente. Sim, Samuel como a Câmara de Lisboa tinha subsídio de risco e penosidade há 20 anos e era a única no país! A única em Portugal! E agora só a partir do ano passado e com uma alteração deste ano é que há para as restantes câmaras do país. Bom! Lisboa parece que é outro Governo, isso é outra história que não é agora para aqui! Apenas estas notas porque acho que depois também nos ajudam à nossa



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária - 22 de novembro de 2021

reflexão coletiva, só serve para isso. Vamos refletir, claro que sim! E na próxima reunião de líderes abordaremos esta matéria, mas não podia deixar de ser colocado num quadro que nós vamos ajudar a refletir e até a ver a legislação, procurar sobre esta matéria esclarecimento. Passamos para a próxima moção".

II.20. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma moção «Rejeição do aumento de Tarifa de Deposição de Resíduos Equiparados a Urbanos da Amarsul e do aumento da Taxa de Gestão de Resíduos», subscrita por Paula Santos.

(Documento anexo à Ata com o número 21).

Samuel Cruz, do PS, disse: "O ponto de ordem é para solicitar à CDU que não apresente esta proposta porque tem apenas 16 segundos, os outros partidos, há pelo menos dois, que já não têm tempo para discutir, na verdade esta proposta não vai ser discutida, nem sequer apresentada e a ser discutida poderá ser apenas pelo PSD, pelo PAN e BE. Nós até não temos uma posição muito diferente da vossa sobre essa matéria, mas gostávamos de ter algum tempo para a poder discutir".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "É ponto de ordem? Se não é, não dá! Não estamos a discutir, se é ponto de ordem, claro, é regimental".

Ivo Gomes, do PAN, disse: "O PAN de bom grado cede o seu tempo para que as propostas do PS e da CDU que faltam apresentar sejam apresentadas e debatidas, se isso for possível".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Para completar, pode! Vejam lá. O que é que a CDU entende sobre isto. O que é certo é que a CDU tem 16 segundos, pode apresentar. Então, se a CDU entende, avança nos 16 segundos".

Paula Santos, da CDU, disse: "O texto da moção é conhecido, há um aumento da tarifa de deposição de resíduos urbanos da Amarsul, há o aumento da taxa de gestão de resíduos, isto tem um impacto muito negativo no município e nas populações e por isso, nós com esta moção propomos ..

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Já terminou o tempo".

Paula Santos, da CDU, disse: "É só mesmo a tolerância dos 30 segundos como para todos os outros, mas queria só solicitar a importância de uma posição política de oposição a estes aumentos, da suspensão da aplicação da taxa de gestão de resíduos de reversão da privatização da EGF".

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Passou 3 segundos em relação ao PS, certo? Os quadros servem para a gente olhar. Intervenções em relação a esta moção? Não há. Pergunto ao Sr. Vice Presidente se pretende sobre a moção? Não? Então, vamos votar".



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Aprovada a Tomada de Posição nº 73/XIII/2021 por maioria e em minuta com:

Dezanove (19) votos a favor dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

• Do grupo municipal do BE: 2

• Do grupo municipal do PAN: 1

Doze (12) votos contra dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal do PS: 12

Seis (6) abstenções dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal do PSD: 3

• Do grupo municipal do CH: 3

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "A moção foi aprovada com os votos a favor da CDU, do Bloco de Esquerda e do PAN, a abstenção do PSD e do Chega, o voto contra do PS. Declarações de voto? Samuel Cruz".

Samuel Cruz, do PS, disse: "O PS apresentará uma declaração de voto apenas para deixar essa nota mas para deixar também esta nota, que é o PS acompanha no geral esta recomendação, excluindo o ponto 1) porque misturar a privatização da Amarsul com a questão dos resíduos sólidos urbanos, no entanto, é importante que todos tenhamos a consciência coletiva que é necessário arranjar formas de financiamento extra tarifário para que a Amarsul possa fazer face às metas comunitárias cada vez mais exigentes que existem, nós acompanhamos por aí".

(Documento anexo à ata com o número 21 A).

O Presidente da Assembleia Municipal, disse: "Tínhamos ainda um voto de saudação do PS que não tem tempo e, portanto, ficará com certeza reservado para a próxima. Está terminado o Período de Antes da Ordem do Dia".

III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

III.1. Ata n.º6/2021 – 4.º Sessão Ordinária, de 13 de setembro de 2021 – Aprovação.

(Documento anexo à ata com o numero 22).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Foi a última sessão do mandato e no quadro da Lei só podem votar os atuais membros da assembleia que vêm do mandato anterior e que estiveram nesta sessão. Dizer-vos que não podem votar por não terem estado presentes na sessão ou não estiveram enquanto eleitos no mandato anterior: da CDU: Manuela Calado, Maria João Louro,



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Catarina Teixeira, Luís Ventura, Rafael Louro, Vanda Carvalho. Do PS: Ana Jorge, José Geraldes, Isabel Antas, João Leal, Telma Lima, Joaquim Cabral, Fátima Carvalho, Tomás Santos. Do PSD: David Martins. Do CH: Nuno Capucha, Henrique Rodrigues, Soraia Rosário. Do Bloco de Esquerda: Mário Macedo e Isabel Cruz, do PAN: Ivo Gomes e os Presidentes de Junta: Rui Pereira e Hugo Constantino. Coloco à vossa consideração, os restantes podem votar. Há alguma questão em relação a esta ata? Não havendo, consideramos aprovada".

Aprovada a Deliberação nº 45/XIII/2021 por unanimidade e em minuta com:

Quatorze (14) votos a favor dos seguintes eleitos:

• Do grupo municipal da CDU: 9

• Do grupo municipal do PS: 3

• Do grupo municipal do PSD: 2

III.2. Ata da 1.ª Reunião de Funcionamento, de 19 de outubro de 2021 - Aprovação.

(Documento anexo à ata com o numero 23).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Aqui podem votar todos. Pergunto se há alguma questão que queiram colocar? Não havendo, consideramos aprovada a ata".

Aprovada a Deliberação nº 46/XIII/2021 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e sete (37) votos a favor dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

• Do grupo municipal do PS: 12

• Do grupo municipal do PSD: 3

Do grupo municipal do CH: 3

Do grupo municipal do BE: 3

Do grupo municipal do PAN: 1

III.3. Constituição de Grupo de Trabalho para apresentação de Proposta de Regimento da Assembleia Municipal.

(Documento anexo à ata com o numero 24).



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "A proposta do grupo de trabalho que foi acordada na reunião de líderes é constituída pela mesa da Assembleia Municipal e os líderes dos grupos municipais. Pergunto se há alguma intervenção ou alguma questão em relação a esta proposta? Não havendo, colocamos à votação".

Aprovada a Deliberação nº 47/XIII/2021 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e sete (37) votos a favor dos seguintes eleitos:

Do grupo municipal da CDU: 16

Do grupo municipal do PS: 12

• Do grupo municipal do PSD: 3

• Do grupo municipal do CH: 3

• Do grupo municipal do BE: 3

Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "A proposta foi aprovada por unanimidade".

III.4. Eleição de um delegado e de um suplente, de entre os Presidentes de Junta de Freguesia, para representação em Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Aqui antes de uma representação da Assembleia Municipal no quadro legal que tem também uma importância porque o Congresso da Associação Nacional de Municípios terá lugar, é o primeiro Congresso, é o congresso eletivo que terá lugar a 11 e 12 de dezembro, próximo. Esta é voto secreto porque gera nomes e há uma proposta da CDU para a composição da representação dos presidentes das juntas de freguesia, um efetivo e um suplente. Portanto, a proposta é do vosso conhecimento.

Samuel Cruz, do PS, disse: "Esta intervenção é um ponto de ordem porque tem a ver com o funcionamento da assembleia. As propostas devem vir simultaneamente com a ordem de trabalhos, ou seja, o documento que recebemos hoje às 16h15 a dizer quem eram os candidatos tinha, nos termos da lei, de ser apresentado em conjunto pela assembleia municipal. Portanto, qualquer deliberação acerca desta e todas as votações a seguir estão feridas de ilegalidade. Este é o entendimento que já tive com o jurista de dá apoio a esta assembleia, não há dúvidas acerca desta interpretação. Portanto, sugiro que não se realize nenhuma das votações. Há aqui o entendimento de que esta deliberação é urgente e de que as outras podem ser retiradas. Em primeiro lugar, o Congresso da ANMP será em 11 e 12 de dezembro, havendo tempo para voltar a reunir a assembleia municipal. Em segundo lugar, o critério da urgência não afasta a ilegalidade.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Ao abrigo dos estatutos da ANMP não há tempo para voltar a reunir a assembleia municipal, por isso, as freguesias do concelho do Seixal ficariam sem representação, e as freguesias representam um terço dos representantes no congresso.



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

Havendo entendimento do plenário o não cumprimento do prazo fica sanado. As propostas foram apresentadas até às 17h00 de sexta-feira cumprindo-se o prazo. Na sequência é que houve um lapso ao não terem sido enviadas aos grupos municipais. Daí há o entendimento da mesa de retirar os pontos III.5 a III.8. que serão deliberados em futura sessão da assembleia municipal, não havendo qualquer prejuízo devido ao funcionamento destes órgãos. Quanto ao ponto III.4. Eleição de um delegado e de um suplente de entre os Presidentes das Juntas de Freguesia, dada a urgência da sua eleição a mesa propõe que seja deliberado, sob pena de o Seixal não estar representado neste âmbito no Congresso da ANMP.

Samuel Cruz, do PS, disse: "Peço dois minutos para reunir o grupo municipal do PS sobre esta matéria, mas gostava de saber qual o prazo para a inscrição dos representantes das juntas de freguesia do Seixal no Congresso da ANMP, porque se o prazo terminou não vale a pena deliberar".

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "O Município do Seixal fez uma pré-inscrição de um presidente de junta, falta indicar o nome até final desta semana".

Samuel Cruz, do PS, disse: "O PS acha importante haver uma sessão da AM, anterior à que irá deliberar sobre as GOP, sobre o IMI e outros impostos, porque senão corre-se o risco de haver alterações que influenciarão o orçamento. Entretanto apurámos que é possível a inscrição para além do dia de amanhã e nesse sentido não aceitamos votar."

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "A informação que tenho é a de que amanhã fecha o processo do Congresso. Solicito a compreensão da assembleia para que o Seixal não fique sem representação".

Samuel Cruz, do PS, disse: "A informação que obtivemos é a de que a indicação tem de ser feita até ao fim do mês, portanto, se houver hoje deliberação o PS impugnará".

Armando Farias, da CDU, disse: "Pensamos que deveria existir bom-senso sobre este assunto, mas se não é possível chegar a consenso propomos que seja realizada uma nova sessão da assembleia no mais curto espaço de tempo possível".

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Face às questões colocadas e de modo a não se inviabilizar a representação das freguesias no congresso, propõe-se uma sessão específica eletiva só para este ponto. Seriam enviadas as propostas até amanhã às 17h00 e realizar-se-ia a assembleia na quinta-feira das 19h00 às 20h00".

Samuel Cruz, do PS, disse: "O PS quer fazer parte da solução e por isso não se opõe. A legalidade deve ser preservada e seria importante também serem deliberados nessa sessão todos os outros pontos que foram retirados. Reitero que as taxas do IMI e dos outros impostos devem ser deliberadas em sessão anterior à do orçamento.



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal disse: "Essas questões sobre os impostos e o orçamento competem ao executivo, consoante o calendário elaborado pelo executivo para essas deliberações a assembleia se ajustará. Quanto à eleição para o congresso da ANMP, se todos estão de acordo, o ponto está encerrado, amanhã sairá a convocatória da sessão eletiva com os respetivos prazos.

III.5. Eleição de um membro de entre os Presidentes das juntas de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação do Seixal.

(Proposta retirada da ordem de trabalhos).

III.6. Eleição de um membro da Assembleia Municipal do Seixal para o Conselho Local de Ação Social do Seixal.

(Proposta retirada da ordem de trabalhos).

III.7. Designação de até cinco (5) representantes das freguesias para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

(Proposta retirada da ordem de trabalhos).

III.8. Designação de quatro (4) pessoas para a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo do Seixal – Distribuição e representação. Aprovação.

(Proposta retirada da ordem de trabalhos).

III.9. Grandes Opções do Plano e Orçamento 2021. 4.ª revisão. Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o número 25).

O Presidente da Câmara Municipal disse: "Esta proposta prende-se com a necessidade de reforço do orçamento dos Recursos Humanos da Câmara Municipal, custos do tratamento de recolha de efluentes em alta e com a valorização de resíduos sólidos urbanos face aos aumentos verificados, quer na Amarsul, quer na Simarsul."

Sérgio Ramalhete, do PS, disse: "Vou fazer uma breve introdução sobre alguns eventos na questão do orçamento no ano passado. Bem disse o PS na discussão do orçamento que havia espaço para reduzir os impostos, neste caso a própria taxa do IMI. Quando confrontados com a nossa posição a CDU optou pela posição do Calimero, fundamentando que a crise pandémica provocaria uma redução da receita, com impacto na execução das despesas e nas contas. Esse impacto, evidentemente positivo, é de mais de 44 milhões de euros de receita face a 2020, ou seja de 37%. Contudo, quem saiu penalizada foi a população do Seixal. Continuam com o governo às voltas, mas quando tiveram a oportunidade de reduzir a carga fiscal fizeram exatamente o contrário. A taxa cobrada de IMI e IMT a meio deste ano é de mais 74% face ao orçamentado. Concordamos, contudo, que esta alteração de receita tenha de ser aplicada essencialmente em recursos humanos, ou seja, aplicar a opção gestionária para promover funcionários originários da câmara e contratação de pessoal necessário para manter a operacionalidade da câmara e serviço público. A opção gestionária, se bem se lembram, só foi possível aplicar graças à não aprovação do



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária - 22 de novembro de 2021

orçamento em 2019 por parte do PS, o que implicou a retirada dos pelouros aos nossos vereadores, o que levou a refazer o orçamento e aplicar a opção gestionária. Contudo, estaremos atentos a eventuais contratações partidárias. A Câmara Municipal do Seixal não é a sopa dos ricos, dos camaradas que perderam os seus pelouros e que vêm ao Seixal de forma a manter as suas remunerações. Tenho apenas duas questões, a 30 de outubro qual é o valo cobrado de IMT e de IMI?"

Samuel Cruz, do PS, disse: "O PS debateu-se com dificuldades para poder analisar esta matéria, nomeadamente, porque tem apresentado vários requerimentos desde o início deste mandato e nada foi respondido. A última pergunta que o Sérgio aqui fez na sua última intervenção foi apresentada, pelo menos, há 15 dias para resposta. No primeiro dia de mandato enviei perguntas para a Assembleia Municipal e Câmara Municipal. Nada é respondido e depois reflete-se na qualidade do debate. Não prestar informação não tem nada de sofisticado ou especialmente inteligente. Colocam-nos ilegitimamente numa posição difícil e isso tem de ser resolvido".

Mário Macedo, do BE, disse: "Recebemos esta informação há apenas cinco dias, somos dois elementos, trabalhamos e não é fácil analisar este documento em tão pouco tempo. Solicitamos que, de futuro, seja enviado com mais antecedência.

A Câmara Municipal arrecadou mais 200 mil euros fruto da ocupação da via pública. Porque aumenta a taxa de ocupação da via pública quando pela pandemia se deveria incentivar essa ocupação?

As despesas com horas extraordinárias subiram quase 25%. Não há trabalhadores suficientes?

Recomendamos à Câmara Municipal que invista o dinheiro extra arrecadado no parque automóvel do ACES, já que o carro mais recente tem cerca de 12/15 anos".

Armando Farias, da CDU, disse: "Pensamos que a proposta revela prudência da Câmara Municipal face ao contexto atual que estamos a viver, nomeadamente devido ao Covid. Reflete equilíbrio financeiro e estamos de acordo no reforço dos recursos humanos e da valorização salarial".

O Presidente da Câmara Municipal disse: "A Câmara Municipal no último mandato desceu todos ao anos a taxa do IMI, por isso não entendo a intervenção do primeiro eleito, já que esta taxa desce há seis anos consecutivos.

Sobre a receita de 44 milhões de euros relativamente a 2020, essa análise está enviesada por dois fatores, o empréstimo para aquisição dos SOCMS, aprovado por unanimidade na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, e pelo empréstimo para despesas Covid. Houve ainda a redução do orçamento em 2021, ano eleitoral, porque a média da receita dos anos 2019/2020 tinha sido inferior à de 2018/2019. Desceram as receitas devido à pandemia e devido aos apoios



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

prestados pela Câmara Municipal. Com a vacinação e a retoma da economia o município viu novamente a sua receita aumentar. Portanto, foi sem surpresa que vimos a receita aumentar porque a previsão foi baseada para um cenário de confinamento.

Responderemos a todos os requerimentos, nem sempre o podemos fazer no tempo em que os senhores eleitos pretendem porque para o fazer com qualidade técnica e política torna-se mais moroso.

Sobre as receitas com a ocupação da via pública, recordo que em 2020 essa rubrica ficou bastante afetada na sua execução devido a termos isentado praticamente em todo o concelho a ocupação do espaço público. Não houve alteração da taxação, simplesmente em 2021 após a vacinação essa receita regressou.

Sobre o trabalho extraordinário, os nossos trabalhadores estiveram em dois turnos, muitas vezes em trabalho extraordinário, nos três centros de vacinação a assegurar o seu funcionamento. Tivemos também de aumentar o trabalho extraordinário porque esses trabalhadores estiveram fora do seu local de trabalho habitual e outros colegas tiveram de os substituir. Além disso a Câmara Municipal tem mais 101 trabalhadores do que tinha a 30 de dezembro de 2020, o que traz acréscimo de despesas incluindo a relativa a trabalho extraordinário.

Sobre o parque automóvel do ACES, de facto, é lamentável que os serviços públicos de saúde tenham tão poucas condições. Neste sentido a Câmara Municipal já deu um primeiro passo quando ofertou uma nova viatura de saúde móvel ao ACES em setembro.

Em conclusão, esta revisão orçamental vai-nos permitir, em grande medida, satisfazer as necessidades de recursos humanos e também pagar à Simarsul e à Amarsul o aumento de tarifas fruto das políticas do PS. Felizmente a Câmara Municipal do Seixal tem superavit de receita, o que lhe permite não aumentar os custos aos munícipes.

Nada mais havendo a tratar, **O Presidente da Assembleia Municipal** deu os trabalhos por encerrados, agradecendo a presença do executivo municipal e dos membros deste Órgão.

A sessão terminou cerca da 01:00 horas do dia 23 de novembro.

Nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei nº 45362 de 21 de Novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Decreto-Lei nº 334/82 de 19 de Agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovado nos termos e para efeitos do disposto no art.º 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro,



Ata nº 08/2021

4ª Sessão Extraordinária – 22 de novembro de 2021

com a redação atualizada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e Secretários em exercício:

exercício:
O Presidente da Assembleia Municipal:
O Primeiro Secretário:
A Segunda Segratória
A Segunda Secretária: